

## Dino determina medidas imediatas de combate a incêndios na Amazônia e no Pantanal

Em audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal, nesta terça-feira (10/9), o ministro Flávio Dino decidiu que todas as frentes de fogo na Amazônia e no Pantanal devem ter combate imediato assim que identificadas, com convocação de mais bombeiros militares e homens da Força Nacional. O contingente será definido pelo Ministério da Justiça e informado ao STF. As medidas envolvem ainda as Forças Armadas, que deverão empregar mais aeronaves na identificação e no combate ao fogo.

Também foi determinada a ampliação do efetivo da Polícia Rodoviária Federal na fiscalização das regiões da Amazônia e do Pantanal.

Quanto às iniciativas de investigação e enfrentamento das causas do surgimento de incêndios por ação humana, o ministro estabeleceu que seja feito mutirão pelas Polícias Judiciárias (Polícia Federal e Polícias Cíveis) e pela Força Nacional nos 20 municípios que hoje centralizam 85% dos focos de incêndios de todo o país. Essas cidades foram listadas pela Advocacia-Geral da União no relatório apresentado na audiência.

O encontro foi convocado por Dino no âmbito das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental 743, 746 e 857, julgadas em março. A finalidade é acompanhar o cumprimento da determinação de que a União adote ações repressivas e preventivas para combater os incêndios no Pantanal e na Amazônia.

Na reunião, a AGU apresentou relatório sobre a situação atual dos incêndios nos dois biomas e o que está sendo feito em cada uma das áreas do governo federal para resolver o problema.

### Situação grave

Ao abrir a audiência, Dino ressaltou que a situação é muito grave e que o STF foi provocado a se manifestar. Segundo ele, por se tratar de um processo estrutural, é preciso acompanhar a execução da decisão da corte para transformar a realidade. “Nós não podemos normalizar o absurdo”, disse o ministro, destacando que o Brasil vive “uma verdadeira pandemia de queimadas que deve ser enfrentada”. Flávio Dino observou que é preciso considerar que os danos não são só ambientais, mas também econômicos e à saúde humana.

Jorge Messias, ministro da AGU, descreveu o cenário como dramático em âmbito global e destacou a ação humana nesse processo de degradação. Já o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, afirmou que a questão é um fenômeno nacional, não restrito à Amazônia e ao Pantanal. Ele disse que “o Brasil está em chamas” e que é preciso restringir ao máximo a cultura ancestral do manejo do solo com fogo.

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, João Paulo Capobianco, destacou que a situação é tão grave que as medidas de combate ao fogo, por maiores que sejam, ainda são insuficientes. Ele defendeu que o crime de incêndio se torne hediondo.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Herman Benjamin, que é coordenador-geral do Observatório do Meio Ambiente do Conselho Nacional de Justiça, observou que algumas ações propostas na reunião dependem do Congresso Nacional, como o aumento de pena para os incêndios criminosos. Benjamin também defendeu a implementação de programas de controle automatizado das áreas afetadas e transparência na divulgação dos dados.

A necessidade de alterações legislativas foi diagnosticada durante a audiência, em várias sugestões dos participantes. Por esse motivo, em complemento às decisões tomadas na reunião, Dino decidiu que o ministro Herman Benjamin vai coordenar a elaboração de propostas de alteração legislativa sobre tipificações e penas para os incêndios florestais e queimadas.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ministro Flávio Dino determinou medidas imediatas contra os incêndios



As propostas serão apresentadas posteriormente ao Poder Legislativo, em alinhamento com as metas definidas na ADPF 743.

## Demais participantes

Também estiveram presentes na audiência representantes da Procuradoria-Geral da República e dos Ministérios da Justiça, dos Povos Indígenas e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, além dos partidos políticos autores das ações e de representantes de entidades que atuam como terceiras interessadas na causa, como WWF, Greenpeace Brasil e outras.

O relatório apresentado pela AGU na audiência de conciliação responde a nove questões apontadas no voto vencedor do ministro Flávio Dino no julgamento das APDFS 743, 746 e 857. As perguntas abrangem as medidas adotadas para recuperar a capacidade operacional do Prevfogo; a existência de um sistema nacional de integração dos dados federais e estaduais de autorização para supressão de vegetação; e a divulgação do relatório sobre ações e resultados do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), entre outros pontos.

Na próxima etapa das negociações, Dino receberá governadores e representantes dos nove estados que compõem a Amazônia Legal e mais o Mato Grosso do Sul, em nome do Pantanal, para debater as medidas que deverão ser tomadas em âmbito estadual. A reunião está marcada para o próximo dia 19, às 10h, na sala de sessões da 1ª Turma. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

**Clique [aqui](#) para ler o complemento da decisão de Dino**

**Clique [aqui](#) para ler o termo de audiência**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-set-10/dino-determina-medidas-imediatas-de-combate-a-incendios-na-amazonia-e-no-pantanal/>